

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.060 - DF (2014/0237302-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
EMBARGANTE : JOSINO NAVES DE SOUSA - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA DE FÁTIMA ALVIM NAVES
EMBARGANTE : ANTÔNIO GUILHERME NAVES
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO MUNDIM - DF000941
MICAEL HEBER MATEUS - GO016880
TED CARRIJO COSTA - DF023671
DIOGO BORGES NAVES - GO028817
EMBARGADO : JORLAN S/A VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E
COMÉRCIO
ADVOGADO : MARCELO LUIZ ÁVILA DE BESSA E OUTRO(S) - DF012330

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO NCPC.** EXECUÇÃO FUNDADA EM ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIEDADE. DISCUSSÃO QUANTO À EXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ROL TAXATIVO DO ART. 585 DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STJ. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

DECISÃO

JOSINO NAVES DE SOUZA, falecido no curso do processo (JOSINO), e ANTÔNIO GUILHERME NAVES (ANTÔNIO NAVES) promoveram, em novembro de 1994, ação de dissolução parcial de sociedade anônima fechada contra JORLAN S.A. VEÍCULOS VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO, ORLANDO CARLOS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., ORLANDO CARLOS E SILVA, ORLANDO CARLOS SILVA JÚNIOR, MÁRCIO ANTÔNIO CARLOS MACHADO, MARIA ABADIA MACHADO E SILVA, DORIS HELENA MACHADO E SILVA, MARISA MACHADO E SILVA, REGINA MARIA MACHADO E SILVA, MARIA ABADIA CONSUELO MACHADO E SILVA GOMIDE, ANTÔNIO AUGUSTO E SILVA DE SÁ PEIXOTO, CARLOS FREDERICO E SILVA DE SÁ PEIXOTO, ADRIANA MACHADO E SILVA DE SÁ PEIXOTO, CLAUDINEI MACHADO E SILVA DE SÁ PEIXOTO (JORLAN e outros), ANTÔNIO CARLOS MACHADO E SILVA (ANTÔNIO CARLOS MACHADO) e LUIS FERNANDO MACHADO E SILVA (LUIS FERNANDO).

Alegaram que tinham direito a se retirar da sociedade JORLAN S.A. VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO (JORLAN) por discordarem do modo como ela era administrada, fazendo jus, assim, ao recebimento de haveres correspondentes a 48,02% do patrimônio da empresa, dos quais 48% pertenceriam a JOSINO e os restantes 0,2%, a ANTÔNIO NAVES (e-STJ, fls. 190/198).

A sentença julgou procedente o pedido nos seguintes termos:

Isto posto, e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido, para reconhecer aos autores, JOSINO NAVES DE SOUZA e ANTÔNIO GULHERME NAVES o seu direito de recesso da empresa JORLAN S/A VEÍCULOS AUTOMOTORES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO, que será dissolvida parcialmente para permitir a saída dos autores, após a apuração do valor correspondente às respectivas participações acionárias através de balanço a ser realizado com esta finalidade, e que deverá considerar o patrimônio líquido existente na data do trânsito em julgado desta sentença, inclusive participações nas empresas controladas, conforme se apurar em liquidação de sentença por arbitramento. Apurados os haveres dos autores, o pagamento a estes será feito em doze parcelas mensais e consecutivas, corrigidas e com juros legais de 0,5% ao mês em atenção parcial à clas. 15ª, do estatuto social. Tendo havido inegável litigiosidade em torno do pedido, condeno os réus, solidariamente, ao pagamento das custas do processo, honorários periciais e advocatícios, estes fixados em 2% (dois por cento) do valor que vier a ser apurado em liquidação, devidamente corrigidos (e-STJ, fl. 270 do autos do REsp 1.483.333/DF).

O TJDF, no julgamento dos recursos de apelação, modificou essa sentença apenas para excluir da condenação a verba relativa aos encargos periciais (e-STJ, fls. 271/300 do autos do REsp 1.483.333/DF).

Referido acórdão transitou em julgado aos 18/4/2008, tendo início, assim, a liquidação de sentença por arbitramento, como determinado no título executivo.

No processo de liquidação (Proc. nº 2007.01.1.053130-9), foram homologados cálculos periciais, fixando os haveres dos sócios retirantes e, a partir dessa decisão, sobrevieram os REsp nºs 1.483.333/DF, 1.499/772/DF e 1.504.243/DF, julgados em 21/5/2019.

Paralelamente, JOSINO e ANTÔNIO NAVES promoveram ação cautelar incidental, pleiteando que lhes fossem assegurados os direitos inerentes à sua condição de acionistas até o efetivo pagamento dos haveres devidos, conforme reconhecido, inclusive, a sentença acima referida.

Julgados procedentes os pedidos cautelares (e-STJ, fls. 100/101), JOSINO e ANTÔNIO NAVES iniciaram execução fundada em título extrajudicial, para cobrar valores referentes aos dividendos apurados no exercício de 2010, cuja distribuição teria sido autorizada em deliberação tomada na assembleia realizada aos 27/12/2011.

JORLAN opôs embargos à execução (e-STJ, fls. 4/49) que foram parcialmente acolhidos, em primeiro grau de jurisdição, para reduzir o valor da dívida, tendo em vista o parcial pagamento dos dividendos pleiteados (e-STJ, fls. 161/163).

O TJDFT deu provimento ao recurso de apelação interposto pela JORLAN para extinguir a execução por entender que a ata da assembleia que fixou a distribuição dos dividendos não poderia ser considerada título executivo.

Esse acórdão ficou assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DO DEVEDOR. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SOCIEDADE ANÔNIMA. ASSEMBLÉIA DE ACIONISTAS. DELIBERAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. ARTIGO 585 DO CPC. NUMERUS CLAUSUS. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. NULLA EXECUTIO SINE TITULO.

1. Rejeitada a preliminar de nulidade da sentença, porquanto claramente enfrentada a matéria posta a julgamento, nos exatos termos dos artigos 128 e 460 do Código de Processo Civil. 1.1. Observa-se que o julgador não está obrigado a examinar todas as teses jurídicas e dispositivos legais apontados pelas partes, desde que disponha de elementos suficientes para formar sua convicção.

2. A deliberação sobre a distribuição de dividendos ocorrida em assembleia ordinária e extraordinária de sociedade anônima não constitui título executivo extrajudicial, por ausência de amparo legal, nos termos do disposto no artigo 585 do CPC, posto que os títulos executivos extrajudiciais decorrem de tipos legais. 2.1. “(...) a lei enumera numerus clausus os títulos extrajudiciais constantes do art. 585 do CPC. A enumeração exaustiva decorre do fato de que os mencionados títulos autorizam a prática de atos de soberania e de enérgica invasão na esfera jurídico-patrimonial do devedor, razão pela qual não podem os particulares produzir, de acordo com a vontade individual, uma fonte de atos autoritário-judiciais” (STJ, 1ª Turma, REsp 700.114/MT, rel. Min. Luiz Fux, j. em 27.03.2007, DJ 14.05.2007, p. 251).

3. Doutrina. Fredie Didier Jr, a respeito do princípio da taxatividade dos títulos executivos: “Pelo princípio da taxatividade, não há título se não houver lei o prevendo (nullus titulus sine legis). Para que determinado documento ou instrumento seja enquadrado como título executivo, é preciso que integre o catálogo legal de títulos. Somente a lei pode criar um título executivo ou incluí-lo no elenco de títulos já existentes.” (in

Curso de Direito Processual Civil, v. 5, 4. ed., 2012, ed. Jus Podivm, P. 154). 3.1 Ao demais, nulla executio sine titulo. 3.1.1 Não há execução sem título a embasá-la.

4. Reconhece-se a ausência de requisito necessário para a constituição, desenvolvimento e validade da relação processual executiva, em razão da ausência de título executivo impondo-se a extinção do processo nos termos dos artigos 267, IV, 598 e 618, I do Código de Processo Civil.

5. Apelo provido (e-STJ, fls. 289/290).

Os embargos de declaração opostos pelo ESPÓLIO DE JOSINO (e-STJ, fls. 317/320) foram rejeitados, mas aqueles apresentados por JORLAN (e-STJ, fls. 303/314) foram acolhidos para esclarecer que os ônus sucumbenciais da execução, no valor de R\$ 10.000,00, também deveriam ser imputados a JOSINO e ANTÔNIO NAVES (e-STJ, fls. 350/361).

Irresignados, ESPÓLIO DE JOSINO e ANTÔNIO NAVES interpuseram recurso especial com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, alegando ofensa ao art. 585, II, do CPC/73, porque a ata da assembleia apresentada nos autos deveria ser considerada título executivo extrajudicial, pois nela restou confessada a dívida e o seu valor, a data de pagamento em duas parcelas e, além disso, foi assinada pelo Presidente e Secretário da mesa, que declararam naquele próprio documento, a presença de mais testemunhas presentes.

Apresentadas contrarrazões o recursos foi admitido na origem, mas em seguida, proferi decisão monocrática negando-lhe conhecimento com base na Súmula nº 211 do STJ, porque a alegação de ofensa ao art. 585, II, do CPC/73, da forma como trazida no recurso especial, não estaria devidamente prequestionada.

Referida decisão ficou assim sintetizada:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO CPC/73. EXECUÇÃO FUNDADA EM ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE SOCIEDADE. DISCUSSÃO QUANTO À EXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. ROL TAXATIVO DO ART. 585 DO CPC/73. ALEGAÇÕES RECURSAIS QUE PRETENDEM O EXAME DA QUESTÃO SOB ENFOQUE NÃO APRECIADO NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. RECURSO ESPECIAL DE JOSINO E ANTÔNIO NAVES NÃO CONHECIDO.

Nos presentes embargos de declaração, ESPÓLIO DE JOSINO e ANTÔNIO NAVES alegaram que, (1) ao contrário do que consignado, a alegação de ofensa a lei federal formulada no recurso especial estaria devidamente prequestionada.

Acrescentaram que (2) mesmo mantida a extinção da execução por falta de título executivo, esta Corte deve aplicar o direito à espécie para *declarar que o produto da execução, que já foi pago, não seja restituído em sua integralidade, visto que 1/4 (um quarto) deste valor refere se aos dividendos obrigatórios, previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (e-STJ, fl. 520).*

Não foi apresentada impugnação (e-STJ, fl. 527).

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Prequestionamento

Com relação ao prequestionamento do art. 585, II, do CPC/73, as razões dos embargos de declaração mostram-se claramente infringentes, pois visam a discutir o próprio mérito da decisão agravada sem apontar nenhum vício de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, o que não se pode admitir.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. QUARTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. VÍCIOS INEXISTENTES. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA CAUSA. DESCABIMENTO. 2. DECLARATÓRIOS COM NÍTIDO INTUITO PROTELATÓRIO. INCIDÊNCIA DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. 3. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração não se prestam à rediscussão de matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, tampouco servem para simples manifestações de inconformismo das partes, afigurando-se evidente o intuito infringente da presente insurgência, cujo objetivo não é suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

2. Dado o nítido caráter protelatório dos terceiros declaratórios, tendo em vista que reproduziram os mesmos argumentos dos dois anteriores, os quais, por sua vez, foram rejeitados, é impositiva a manutenção da multa de 1% sobre o valor atualizado da causa então aplicada, nos termos do que dispõe o art. 1.026, § 2º, do

CPC/2015.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 1341779/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 3/10/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. APOSENTADORIA COMPLEMENTAR. CONCESSÃO. CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. REQUISITOS DO BENEFÍCIO. PREENCHIMENTO. REGULAMENTO DA ÉPOCA. INCIDÊNCIA. NORMAS REGULAMENTARES. VIGÊNCIA. DATA DA ADESÃO. AFASTAMENTO. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. DIREITO ACUMULADO. OBSERVÂNCIA. REGIME DE CAPITALIZAÇÃO. FUNDO MÚTUO. PRÉVIO CUSTEIO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-ATUARIAL. PRESERVAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO VERIFICADOS. ANÁLISE DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INADMISSIBILIDADE.

1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição ou corrigir erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1.435.837/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Segunda Seção, DJe 1º/10/2019)

(2) Aplicação do direito à espécie

Quanto à alegação de que esta Corte deveria, aplicando o direito à espécie, limitar a restituição de valores com fundamento no art. 202 da Lei nº 6.404/76, observa-se que essa questão nem mesmo foi suscitada no recurso especial, constituindo verdadeira inovação recursal.

Em suma, a pretensão identificada nos dois itens *supra* destacados desborda das hipóteses de cabimento dos aclaratórios, previstas no art. 1.022 do NCPC.

Nessas condições, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator